passaram a ser taxadas ". (Exame, ed. 1.018, 13/6/2012.)

educação.

Escrito por Jeferson Rodrigues do Carmo Qua, 25 de Julho de 2012 00:00 Jeferson Rodrigues do Carmo(*) "Não achamos gente com qualificação técnica, mas trazer estrangeiros é dificil". "O reforço estrangeiro ajudaria a preencher em parte os 8 milhões de postos de trabalho em aberto no país ". (Exame, ed. 1.018, 13/6/2012.) "A política de expansão acelerada não obedeceu a nehuma avaliação cuidadosa sobre prioridades, abrindo instituições onde não havia demanda, admitindo alunos antes de existirem edifícios e instalações adequadas, forçando as universidades a criar cursos noturnos e contratar mais professores, mesmo quando não havia candidatos qualifcados, e sem preparar as universidades para lidar com alunos que chegavam do ensino médio cada vez menos preparados ", diz Simon Schwartzman, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. (O Estado de S.Paulo, 17/6/2012). "Uma lei aprovada pela Presidente Dilma Rousseff assombra as empresas que pagam bolsas de estudo para os funcionários. É incrível, mas agora as bolsas, antes isentas de impostos,

As notícias acima, vinculadas recentemente na imprensa dão a devida ideia do descompasso entre as necessidades educacionais do país e a destinação de investimentos públicos na

Escrito por Jeferson Rodrigues do Carmo Qua, 25 de Julho de 2012 00:00

Em que pese o fato de serem recursos aplicados na educação e, como tal, tenha lá seus méritos e justificativas, estes não se sustentam a vista do descuido na definição das prioridades. Enquanto se vê uma educação básica pública de má qualidade e um ensino técnico com poucos investimentos públicos e muitos preconceitos (que a falta de atenção governamental só os faz aumentar), assiste-se uma verdadeira "farra" com o dinheiro do contribuinte carreado para o ensino superior.

Mesmo neste nível de ensino não se percebe qualquer estratégia que dê sentido à profusão de vagas em áreas já saturadas de bacharéis. Enquanto o setor produtivo carece de funileiros, mecânicos, soldadores, sobram administradores, advogados, economistas. Não que estes profissionais não sejam necessários; o são e muito. Mas, não se trata aqui de uma escolha entre uns e outros e, sim, em priorizar, na destinação dos recursos públicos, a formação profissional nos níveis e nas áreas reclamados pelo setor produtivo. O lógico seria carrear os investimentos para formar profissionais para os 8 milhões de postos de trabalho em aberto no país, que serão preenchidos, fatalmente, pelo trabalhador estrangeiro, mais capacitado.

Mesmo com as ações afirmativas governamentais (ProUni, FIES, etc) sobram vagas nas universidades. Neste universo de desperdício de recursos públicos existem outras mazelas não resolvidas, que mais não faz, além de custear estruturas administrativas inchadas e instalações degradadas pelo tempo e descaso. Este é o retrato da universidade púplica. Entre estas existem ilhas de excelência para um mar de desperdícios, prejuízos e ensino ruim. Hoje, as universidades públicas podem ser consideradas verdadeiras trincheiras contra a diminuição da desigualdade social. Basta observar os estacionamentos dos seus *campi*. Lá se vê Ferrari, Audi, BMW, Mercedez Bens, para ficar nos mais famosos. E não poderia ser diferente. As vagas são ocupadas primordialmente pelos filhos e filhas da classe A e B, egressos dos melhores colégios particulares, restanto as demais classes sociais, que cursaram a educação básica pública, as vagas nas universidades privadas, cujo horizonte as remete a inadimplência e evasão, por razões financeiras ou dificuldades no aprendizado, como consequência da péssima qualidade de ensino recebida nível anterior.

No bojo deste festival de gastanças públicas perdulárias, tem a meta do governo de atingir 10 milhões de matrículas no ensino superior até 2020. E no afã de cumprí-la são empreendidas horas e mais horas em seminários, congressos, debates, com lucubrações de toda ordem e gênero.

Já que a opção é por tornar o Brasil o país dos bacharéis, não seria melhor instituir a meta de

Escrito por Jeferson Rodrigues do Carmo Qua, 25 de Julho de 2012 00:00

10 milhões de bacharéis neste prazo? Ao que tudo indica, o governo optou pelo pior dos mundos: utilizar a isenção de tributos para ocupar as vagas ociosas das instituições de ensino, primordialmente privadas. E as vagas ditas gratuitas são, na verdade, pagas por mim, por você, incautos contribuintes. Isso está mais para um "apadrinhamento forçado".

Pois é, enquanto os bacharéis se avolumam nas filas dos concursos públicos, várias empresas revisam para baixo os seus investimentos por conta da falta de mão de obra qualificada. A Petrobras é o caso mais emblemático. Graça Fortes, sua presidente, comunicou recentemente o adiamento de investimentos e a revisão para baixo nas metas de extração de petróleo e gás no Pré-sal, em razão, direta e/ou indiretamente, da falta de profissionais capacitados. A recente retração dos índices econômicos do país, o do PIB, inclusive, deriva, em parte, também desta realidade.

E, ao empresário que optar por capacitar ele mesmo o seu colaborador fica o alerta: o governo é insuperável em sua criatividade e sede arrecadatória. Uma lei recente taxa as bolsas de estudo pagas aos funcionários. Que outras novidades virão da caixinha de maldades governamental?

O incrivel em tudo isso é que a solução para o "apagão" da mão de obra já é conhecida, testada e aprovada.

No Chile os recursos públicos são alocados primordialmente no ensino básico e técnico. Consequência disso: o desempenho dos alunos chilenos é muito superior ao do brasileiro no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). E o ensino superior lá é pago.

Outro exemplo exitoso em investimentos na educação é a Coréia do Sul. Em duas décadas o país ultrapassou o Brasil em todos os parâmetros de desenvolvimento econômico, priorizando a educação profissional, centrando atenção e recursos no incentivo de parcerias entre os setores produtivos e as instituições de ensino, com vistas a formação e qualificação da mão de obra, de maneira a definir cursos e vagas de acordo com os arranjos produtivos regionais. E o melhor de tudo: sem "Prounis", ensino superior "apadrinhado", FIES e outros drenos de recursos públicos.

Aos infelizes contribuintes como eu, que chegaram até este parágrafo, eu aviso: nada é tão

Escrito por Jeferson Rodrigues do Carmo Qua, 25 de Julho de 2012 00:00

ruim que não possa piorar. Ou não, dependendo do ponto de vista. Aqueles que optarem pelo crime o governo prevê o auxílio reclusão (ou "Bolsa Presídio"), dado aos presos em regime fechado ou semi-aberto, cujo valor é maior que o salário mínimo e livre de despesas com aluguel e alimentação. E nesta "escola" as vagas são ilimitadas, não tem processo seletivo e nem cotas, pois, as classes sociais menos favorecidas ali predominam. Um exemplo de justiça social às avessas.

(*) Jeferson Rodrigues do Carmo, advogado,

pós graduado em